

Senado Federal
003
Reportagem 0030

A atuação do Senado, no primeiro semestre de 77, não se pode considerar que tenha sido intensa. Poucos foram os momentos em que a Casa Alta demonstrou o brilho compatível com as figuras políticas que a integram.

As razões são pesquisadas nessa página do Suplemento A Política.

O Senado, ainda pode se considerar a casa de Ruy Barbosa?

especial para o Jornal de Brasília

A Política



O SENADO,

AINDA PODE SE CONSI- DERAR A CASA DE RUY

Pesquisa de
Sebastião Rodrigues

Recentemente, os senadores Paulo Brossard e Jarbas Passarinho estabeleceram uma acesa polémica no Senado. O tema era Ruy Barbosa, que atuou durante 24 anos na Casa Alta, de 1891 a 1923 — ano em que faleceu — representando a Bahia.

Brossard e Passarinho tinham razão para debater Ruy com tanto ardor: o grande político baiano foi, até hoje, o vulto que mais dignificou o Senado, com discursos inflamados e uma ativa participação, entremeadas de outras missões públicas que pontilharam a vida do tribuno baiano.

Hoje, Ruy Barbosa é o símbolo da vetusta casa do Congresso. Hoje, ele ainda merece o título de Casa de Ruy?



O Senado, que no ano passado se destacou pelo debate de temas institucionais, acreditando na normalidade democrática, teve, neste primeiro semestre duas fases distintas: antes e depois do chamado pacote de abril. Figuras exponenciais da Arena e do MDB, já em março, como que antevendo um novo retrocesso político, advertiam o Governo quanto às consequências do não-cumprimento do compromisso democrático da Revolução de 1964. Depois do recesso parlamentar, a artilharia da oposição, com a ajuda de alguns arenistas, bombardeou o Governo, acusando-o de promover reformas casuísticas e de incompetência no campo econômico-financeiro.

Em discurso que sacudiu o plenário e as galerias do Senado, Teotônio Vilela (Arena-AL) declarou que as águas de março de 1964 continuam represadas, e todos sentem que a solução não é reforçar as paredes da represa, mas encontrar engenharia para um canal de escoamento normal. "Permitimos que as águas subissem demais e quanto menos confiamos em nossas técnicas, mais difícil vai-se tornando escoá-las mansamente. Evitar que os caudais aumentem o volume das águas, impossível. Subir eternamente a barragem, impossível. Ou se tenta o canal de abertura das águas ou as águas, que têm compromisso irreversível com o mar, seguirão a inexorabilidade do seu destino".

Depois do recesso decretado pelo Governo, o líder do MDB, Franco Montoro, a 15 de abril, afirmou que, passados treze anos, o Movimento de 31 de março de 1964 não deu à nação um ordenamento jurídico definido e estável. "Esta é a grande crise dentro da qual situa-se o angustiante momento político que vive hoje o Brasil".

Em seguida à reforma judiciária, prosseguiu, o Executivo alterou o texto constitucional para introduzir uma série de modificações políticas, destinadas claramente a afastar a possibilidade de o MDB alcançar o Governo em alguns

grandes estados e a maioria no Senado. Para isso, foi preciso modificar as regras do jogo já estabelecidas.

— Leis, por sua própria natureza, são normas gerais e permanentes destinadas a dirigir a sociedade. Essas características é que lhe dão dignidade e importância. As reformas que acabam de ser decretadas são outra coisa. Não são gerais mas casuísticas, nem permanentes mas ocasionais. A elas melhor caberia outra designação, porque leis a rigor não são.

A convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, a ser eleita pelo povo no próximo ano, proposta por Marcos Freire (MDB-PE), e considerada inviável por dirigentes da Arena, continuou a ser pregada, inclusive por senadores do partido do Governo.

Marcos Freire lembrou a afirmação de Pontes de Miranda:

"Nas democracias, quando se quebra a linha democrática, tal como aconteceu no Brasil, em 1889, 1930, 1937 e 1964, a reentrega do Poder Constituinte ao povo, feita pelos que detêm o poder de legislar, apenas instrumenta o restabelecimento da democracia constituinte. De modo que é sempre legítimo o ato do Governo, ainda de fato, que restitui ao povo o poder constituinte".

— Esse - frisou o senador -, o grande gesto que, garantido pelas Forças Armadas, poderá reconciliar a nação brasileira. Este, e apenas este, o primeiro passo para a única reforma política que não comprometerá, perante a História, os nomes daqueles que a promoverem, mas, muito pelo contrário, os engrandecerá perante a posteridade.

José Sarney, vice-líder da Arena cumpriu o que se poderia chamar de tarefa mais difícil do semestre: contestar os violentos discursos de Paulo Brossard (MDB-RS). Referindo-se ao pacote de abril, afirmou o senador gaúcho:

"De modo que, dado que a catástrofe tinha que acontecer.

porque a máquina do Estado estava a serviço da catástrofe, foi melhor que ela acontecesse agora e não amanhã, causada, aparentemente, por um assunto neutro ou técnico (reforma judiciária) e não por assuntos intensamente políticos; e se é exato que a degeneração do mal apressa a sua extinção, com o despertar de energias novas, a violenta queda do poder, no que ele tem de ilegítimo, há de concorrer para que menos demorada e mais aperfeiçoada seja a restauração da ordem jurídica, que chegou ao caos com o seu desmoronamento total".

A oposição, respondeu-lhe José Sarney, não deseja um trabalho persistente, contínuo, de sacrifícios, de transigência no sentido de juntos tecer o difícil tecido das instituições, processo penoso, lento por natureza, mas, por isso mesmo, duradouro por essência. "Sua conduta não tem sido, em nenhum momento, cooperativo. Ela espera que pela decomposição o poder caia. E sobre seus escombros, seja construído o quê?"

Após ressaltar que a democracia não floresce no terror das confrontações nem ao ruflar de impérios, disse José Sarney:

— O presidente Ernesto Geisel, ao promulgar as emendas constitucionais de números 7 e 8, não foi o constituinte solitário nem o usurpador de poderes que são atribuições de outros poderes. O presidente Ernesto Geisel usou dos poderes em que se investiu ao assumir a Presidência da República, como intérprete do processo revolucionário e que lhe foram atribuídos pela Constituição, que também um ato revolucionário e, portanto, baseado na força que deflagrou o Movimento de 1964.

Paralelamente aos temas políticos, parlamentares do MDB atacaram a política econômico-financeira do Governo, de um modo geral e, especialmente os financiamentos concedidos ao Grupo Lufalla e o processo de construção da ferrovia do aço.

Em todos os casos, a ar-

gumentação dos oposicionistas foi contestada, com provas, por Virgílio Távora (CE), que os jornalistas passaram a chamar de vice-líder da Arena para assuntos econômicos.

No affaire Lufalla, esclareceu que o Governo adotou medidas drásticas para punir os responsáveis pela falência dessa empresa. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, que fez os empréstimos, será ressarcido até o último centavo.

Nenhum trecho da ferrovia do aço foi executado sem projeto, assegurou Virgílio Távora, acrescentando:

— O objetivo primeiro da ferrovia do aço é propiciar o transporte maciço de cargas, sobretudo de minérios de ferro e de insumos siderúrgicos, para beneficiar, diretamente, as três maiores usinas já instaladas no país, bem como a Açominas, em fase de implantação, e outros módulos previstos no plano mestre decenal de siderurgia a serem instalados na área de Belo Horizonte, até 1985.

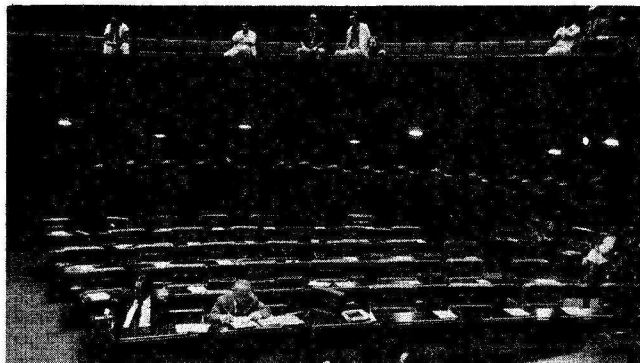
Na última semana de junho veio o programa do MDB, através de uma cadeia nacional de rádio e televisão, assistido por cerca de 60 milhões de brasileiros. Externando toda a indignação da Arena, ressaltou o líder Eurico Rezende:

— Quatro líderes do partido da oposição exibiram-se plenamente diante da opinião pública e, na sua maioria, executaram a tarefa profundamente condenável de esgotar todos os tipos de delinquência verbal.

— Com isso - frisou -, tentaram incompatibilizar o Governo com a nação, visando a perturbar a ordem pública e a tranquilidade social. Mas, o que é pior é que praticaram - porque queriam realmente praticar - a subversão no jogo de palavras e conceitos, absolutamente falsos a refletirem a posição contestatória e desafiante.

E, no final da tarde de 30 de junho, o AI-5 cassou o mandato e suspendeu os direitos políticos do líder do MDB na Câmara, Alencar Furtado, um dos que participaram daquele programa.

CENAS DA CASA ALTA



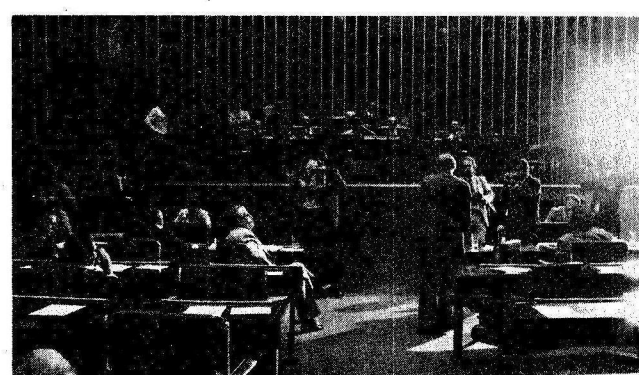
Virgílio, sempre estudando os problemas da economia...



...Cavalcanti, uma atração sempre que fala...



...o petit comitê de Viana, Sarney e Passarinho...



...Eurico, com seu charuto, vigilante na liderança...



...Montoro, a liderança atenta do outro lado da bancada...